



JOEL DE MENEZES NIEBUHR

LICITAÇÃO PÚBLICA E CONTRATO ADMINISTRATIVO

8ª edição revista e ampliada

Belo Horizonte
FÓRUM
CONHECIMENTO JURÍDICO
2025



© 2008 1ª edição Zênite
© 2011 2ª edição Editora Fórum Ltda.
2013 3ª edição
2015 4ª edição
2022 5ª edição
2023 6ª edição
2024 7ª edição
2025 8ª edição

É proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio eletrônico, inclusive por processos xerográficos, sem autorização expressa do Editor.

Conselho Editorial

Adilson Abreu Dallari	Floriano de Azevedo Marques Neto
Alécia Paolucci Nogueira Bicalho	Gustavo Justino de Oliveira
Alexandre Coutinho Pagliarini	Inês Virgínia Prado Soares
André Ramos Tavares	Jorge Ulisses Jacoby Fernandes
Carlos Ayres Britto	Juarez Freitas
Carlos Mário da Silva Velloso	Luciano Ferraz
Cármem Lúcia Antunes Rocha	Lúcio Delfino
Cesar Augusto Guimarães Pereira	Marcia Carla Pereira Ribeiro
Clovis Beznos	Márcio Cammarosano
Cristiana Fortini	Marcos Ehrhardt Jr.
Dinorá Adelaide Musetti Grotti	Maria Sylvia Zanella Di Pietro
Diogo de Figueiredo Moreira Neto (<i>in memoriam</i>)	Ney José de Freitas
Egon Bockmann Moreira	Oswaldo Othon de Pontes Saraiva Filho
Emerson Gabardo	Paulo Modesto
Fabrizio Motta	Romeu Felipe Bacellar Filho
Fernando Rossi	Sérgio Guerra
Flávio Henrique Unes Pereira	Walber de Moura Agra

FÓRUM

CONHECIMENTO JURÍDICO

Luís Cláudio Rodrigues Ferreira
Presidente e Editor

Coordenação editorial: Leonardo Eustáquio Siqueira Araújo / Thaynara Faleiro Malta
Revisão: Bárbara Ferreira
Capa e projeto gráfico: Walter Santos
Diagramação: Formato Editoração

Rua Paulo Ribeiro Bastos, 211 – Jardim Atlântico – CEP 31710-430
Belo Horizonte – Minas Gerais – Tel.: (31) 99412.0131
www.editoraforum.com.br – editoraforum@editoraforum.com.br

Técnica. Empenho. Zelo. Esses foram alguns dos cuidados aplicados na edição desta obra. No entanto, podem ocorrer erros de impressão, digitação ou mesmo restar alguma dúvida conceitual. Caso se constate algo assim, solicitamos a gentileza de nos comunicar através do e-mail editorial@editoraforum.com.br para que possamos esclarecer, no que couber. A sua contribuição é muito importante para mantermos a excelência editorial. A Editora Fórum agradece a sua contribuição.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD

N6651	Niebuhr, Joel de Menezes Licitação pública e contrato administrativo / Joel de Menezes Niebuhr. -- 8. ed. --. Belo Horizonte: Fórum, 2025. (Coleção Fórum MENEZES NIEBUHR). 1361p. 17x24cm Coleção Fórum MENEZES NIEBUHR ISBN 978-65-5518-985-8 ISBN digital 978-65-5518-986-5 1. Direito. 2. Direito administrativo. 3. Licitações. 4. Contratos administrativos. I. Título. CDD: 342 CDU: 342
-------	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Elaborado por Lissandra Ruas Lima – CRB/6 – 2851

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2018 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

NIEBUHR, Joel de Menezes. *Licitação pública e contrato administrativo*. 8. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2025. 1361p. ISBN 978-65-5518-985-8. (Coleção Fórum MENEZES NIEBUHR).

CAPÍTULO 1

REGIME CONSTITUCIONAL DA LICITAÇÃO PÚBLICA E DO CONTRATO

ADMINISTRATIVO.....	33
1 A supremacia constitucional sobre a licitação pública e o contrato administrativo	33
2 Normas constitucionais sobre licitação pública e contrato administrativo	34
2.1 <i>Caput</i> do artigo 5º da Constituição Federal: o princípio da isonomia como gênese da licitação pública	34
2.2 A licitação pública diante da tensão entre as formalidades decorrentes do princípio da isonomia e da proteção ao interesse público e a busca pela proposta mais vantajosa	37
2.3 Inciso XXVII do artigo 22 da Constituição Federal.....	40
2.4 Inciso XXI do artigo 37 da Constituição Federal.....	41
2.4.1 Obrigatoriedade de licitação pública e excepcionalidade da contratação direta.....	42
2.4.2 Intangibilidade da equação econômica e financeira.....	44
2.4.3 Princípio da competitividade.....	45
2.5 Inciso III do §1º do artigo 173 da Constituição Federal.....	46
2.6 <i>Caput</i> do artigo 175 da Constituição Federal.....	47

CAPÍTULO 2

REGIME LEGAL DA LICITAÇÃO PÚBLICA E DO CONTRATO

ADMINISTRATIVO.....	53
1 Legislação sobre licitação pública e contrato administrativo.....	53
1.1 A competência da União para dispor sobre as normas gerais de licitação pública e contrato administrativo	53
1.2 O regime “antigo” de licitação pública e contrato administrativo: a Lei nº 8.666/1993, a Lei nº 10.520/2002 e a Lei nº 12.462/2011	55
1.3 O regime de licitação pública e contrato das empresas estatais: Lei nº 13.303/2016.....	57
1.4 Legislação esparsa sobre licitação pública e contrato administrativo	57
1.5 O regime “novo” de licitação pública e contrato administrativo: a Lei nº 14.133/2021	58
2 Vigência da Lei nº 14.133/2021 e regime de transição	59
2.1 Vigência.....	59
2.2 Período de convivência entre a Lei nº 14.133/2021 e o regime antigo	59
2.3 A vedação à combinação entre os regimes novo e antigo de licitação pública e contrato administrativo.....	60
2.4 O regime de transição dos contratos.....	62
2.5 Licitações sob o regime antigo iniciadas e não concluídas no biênio	64
2.6 Contratação direta	70
2.7 A revogação imediata dos crimes da Lei nº 8.666/1993.....	72
2.8 Regras especiais para municípios com até 20.000 (vinte mil) habitantes	72
2.9 Regulamentação.....	73
3 A legislação superveniente à Lei nº 14.133/2021	75
3.1 Regime especial de enfrentamento de estado de calamidade pública.....	75
3.2 Protocolo de Contratações do Mercosul.....	76
4 Entidades obrigadas a realizar licitação pública.....	79
4.1 Administração direta e indireta.....	79
4.1.1 Exceções à regra da obrigatoriedade de licitação para entidades da Administração direta e indireta.....	81
4.2 Empresas públicas, sociedades de economia mista e suas subsidiárias.....	82
4.3 Entidades do terceiro setor.....	84
4.4 Conselhos profissionais	89
4.5 Ordem dos Advogados do Brasil	89
4.6 Serviços sociais autônomos	91

CAPÍTULO 3

PRINCÍPIOS JURÍDICOS DA LICITAÇÃO PÚBLICA E DO CONTRATO ADMINISTRATIVO.....

	95	
1	Princípios jurídicos.....	95
2	Princípios jurídicos da licitação pública e do contrato administrativo.....	101
3	Princípio da isonomia	102
4	Princípios da eficiência, da eficácia, da economicidade e da celeridade.....	103
5	Princípio da legalidade	107
6	Princípio da vinculação ao edital	108
7	Princípios da moralidade e da probidade.....	111
8	Princípio da publicidade	113
9	Princípio da competitividade.....	115
10	Princípios da razoabilidade e da proporcionalidade	117
11	Princípio do julgamento objetivo	119
12	Princípio da impessoalidade	119
13	Princípio da segregação de funções	121
14	Princípio do planejamento	125
15	Princípio da segurança jurídica	127
16	Princípio do interesse público.....	130
17	Princípio da motivação	133
18	Princípio do desenvolvimento nacional sustentável.....	136

CAPÍTULO 4

PROCESSO DE CONTRATAÇÃO DIRETA.....

	139	
1	As modalidades de contratação direta: inexigibilidade e dispensa de licitação pública	139
2	A norma constitucional que reconhece a licitação pública como regra e a contratação direta como exceção	141
3	As normas restritivas sobre contratação direta do Protocolo de Contratações Públicas do Mercosul	145
4	Processo de contratação direta.....	150
5	Os agentes que devem participar da condução de processo de contratação direta.....	153
6	Documento de formalização de demanda e demais documentos técnicos da etapa preparatória da contratação direta	154
7	Projeto básico para contratação emergencial.....	157
8	Justificativa do preço e previsão de recursos orçamentários	160
9	Seleção do contratado	163
9.1	O direito dos interessados de apresentarem propostas em processo de contratação direta	166
9.2	Qualificação do contratado	168
10	Parecer jurídico.....	169
11	Autorização da autoridade competente	170
12	Publicação	170
13	Dispensa de licitação eletrônica.....	171

CAPÍTULO 5

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO PÚBLICA

	177	
1	Considerações gerais	177
2	Exclusividade do contratado.....	178
2.1	Abrangência da exclusividade para compras, serviços e todos os gêneros de contratação em que se verifique a exclusividade.....	178
2.2	A compreensão dos diversos tipos de singularidade.....	179
2.3	O critério administrativo para a definição do objeto exclusivo	181
2.4	Limitação geográfica da exclusividade	189
2.5	Comprovação da exclusividade.....	190
2.5.1	Comprovação da exclusividade por meio de cartas patentes	197
3	Inexigibilidade para a contratação de serviços artísticos.....	201
4	Serviços técnicos profissionais especializados de natureza singular	208
4.1	Considerações gerais.....	208

4.2	A lista de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual é meramente exemplificativa.....	209
4.3	A distinção entre serviços exclusivos e serviços singulares.....	211
4.4	A obrigatoriedade da qualificação do serviço como singular diante da redação do inciso III do artigo 74 da Lei nº 14.133/2021	213
4.5	Notória especialização	221
4.6	Inexigibilidade para contratação de serviços jurídicos ou advocatícios.....	227
4.6.1	Excepcionalidade da contratação de advogados estranhos aos quadros da Administração Pública.....	229
4.6.2	A jurisprudência sobre a contratação de advogados por inexigibilidade de licitação pública.....	234
4.6.3	A presunção de singularidade dos serviços advocatícios prestados por notórios especialistas prescrita no Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil (Lei nº 8.904/1994)	240
5	Inexigibilidade em decorrência de credenciamento	246
5.1	A hipótese tradicional de credenciamento diante da ausência de relação de exclusão	247
5.2	A hipótese de credenciamento para objetos inseridos em mercados fluidos	253
5.3	Procedimento de credenciamento	257
6	Inexigibilidade para aquisição ou locação de imóvel.....	261
7	Inexigibilidade em contratos interadministrativos.....	265
7.1	Autarquias e fundações.....	266
7.2	Empresas estatais.....	267
7.3	Concessionário e permissionário de serviço público	272

CAPÍTULO 6

	DISPENSA DE LICITAÇÃO PÚBLICA	275
1	Considerações gerais.....	275
2	Dispensa em razão do valor do contrato.....	277
2.1	Noções gerais.....	277
2.2	Desproporcionalidade dos valores prescritos pelo legislador	279
2.3	Valor-limite de dispensa de licitação é norma geral?	282
2.4	Conceito de obras e serviços de engenharia	285
2.5	Previsão casuística e arbitrária dos serviços de manutenção de veículos automotores no inciso I do artigo 75 da Lei nº 14.133/2021.....	286
2.6	Conceito de serviços de manutenção de veículos automotores.....	287
2.7	Fracionamento indevido do objeto	290
2.8	Fracionamento indevido do objeto para a contratação de serviços de manutenção de veículos automotores	294
2.9	Situações imprevisíveis.....	295
2.10	As alterações contratuais e os limites das dispensas dos incisos I e II do artigo 75 da Lei nº 14.133/2021	296
2.11	A prorrogação de contratos e os limites das dispensas dos incisos I e II do artigo 75 da Lei nº 14.133/2021	298
2.12	Dispensa de licitação em razão do valor do contrato e a preferência a microempresas e empresas de pequeno porte	300
3	Dispensa em razão de licitação fracassada	302
4	Dispensa em razão do objeto	305
4.1	Peças para manutenção de equipamentos	305
4.2	Acordo internacional.....	306
4.3	Produtos para pesquisa e desenvolvimento.....	308
4.4	Transferência de tecnologia ou licenciamento de direito de uso ou de exploração de criação protegida.....	309
4.5	Gêneros perecíveis.....	311
4.6	Bens e serviços que envolvam alta tecnologia e defesa nacional.....	312
4.7	Aquisição de bens padronizados pelas Forças Armadas.....	312
4.8	Dispensa para atender contingentes militares empregados em operação de paz.....	313
4.9	Dispensa para atender a efetivos militares em estada de curta duração.....	314
4.10	Dispensa para a contratação de associação ou cooperativas de catadores de materiais recicláveis.....	314

4.11	Dispensa para a aquisição ou restauração de obras de arte e de objetos históricos	315
4.12	Dispensa para contratação de objetos destinados ao rastreamento e à obtenção de provas conforme a Lei de Combate às Organizações Criminosas	315
4.13	Dispensa para a aquisição de medicamentos para o tratamento de doenças raras	316
5	Dispensa para contratação de inovação e pesquisa científica e tecnológica	317
6	Dispensa para contratação que possa comprometer a segurança nacional	319
7	Dispensa provocada por guerra ou grave perturbação da ordem	320
8	Dispensa em razão de emergência	321
8.1	Noções gerais.....	321
8.2	Caracterização da situação emergencial.....	325
8.3	Emergência provocada pela desídia de agentes administrativos.....	328
8.4	Preço de contratos emergenciais	330
8.5	Prazo do contrato firmado em razão de situação emergencial.....	331
8.6	Regime especial de enfrentamento de estado de calamidade pública.....	334
9	Dispensa para contratos interadministrativos	338
10	Dispensa para intervenção no domínio econômico.....	341
11	Dispensa para a celebração de contratos de programa.....	341
12	Transferência de tecnologia de produtos estratégicos para o Sistema Único de Saúde (SUS).....	343
13	Contratação de profissionais para compor a comissão de avaliação de critério de técnica.....	345
14	Dispensa para a contratação de associação de portadores de deficiência física	345
15	Dispensa para a contratação de instituição de ensino, pesquisa, extensão, desenvolvimento institucional, científico e tecnológico e estímulo à inovação	346
16	Aquisição de insumos estratégicos para a saúde produzidos por fundação dedicada a apoiar a Administração Pública	350
17	Dispensa para a implementação de cisternas ou outras tecnologias sociais de acesso à água	351
18	Dispensa para a implementação do Programa Cozinha Solidária.....	353

CAPÍTULO 7

DISPENSA DE LICITAÇÃO PÚBLICA PARA A DISPOSIÇÃO DE BENS PÚBLICOS.		355
1	Considerações gerais.....	355
2	Doação em pagamento.....	357
3	Doação	358
4	Permuta	362
5	Investidura.....	364
5.1	Investidura para imóveis lindeiros	365
5.2	Investidura para imóveis anexos a usinas hidrelétricas	366
6	Venda de bens a outro órgão administrativo	368
7	Imóveis utilizados em programas de interesse social	369
8	Outras questões fundiárias.....	372
9	Venda de ações e de títulos	374
10	Venda de bens produzidos ou comercializados por órgãos ou entidades administrativas.....	374
11	Venda de materiais e equipamentos sem utilização previsível	376
12	Concessão de direito real de uso	376

CAPÍTULO 8

LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS COMO INSTRUMENTOS DE POLÍTICA PÚBLICA.....		379
1	Panorama geral sobre a utilização das licitações e contratos como instrumentos de políticas públicas.....	379
1.1	A promoção de políticas públicas como uma das finalidades das licitações e contratos administrativos	379
1.2	Ressalvas em relação à utilização das licitações e contratos administrativos como instrumentos de política pública	381
1.3	A promoção de políticas públicas na Lei nº 14.133/2021	386

2	Regime de privilégios concedidos em favor das microempresas e empresas de pequeno porte.....	389
2.1	Breve contextualização normativa	389
2.1.1	Órgãos e entidades administrativas obrigadas a conceder os benefícios às microempresas e empresas de pequeno porte	392
2.1.2	As discussões sobre a constitucionalidade dos privilégios concedidos às microempresas e empresas de pequeno porte	392
2.2	O enquadramento como microempresa e empresa de pequeno porte e as fraudes recorrentes.....	393
2.2.1	O enquadramento como microempresas e empresas de pequeno porte em razão da receita bruta.....	393
2.2.1.1	O desenquadramento como microempresas e empresas de pequeno porte em razão da receita bruta	395
2.2.1.2	Direito à revisão do contrato em razão da exclusão do regime das microempresas e empresas de pequeno porte	398
2.2.2	O enquadramento de microempresas e empresas de pequeno porte coligadas ou congêneres.....	399
2.2.3	Os limites para usufruir dos benefícios da Lei Complementar nº 123/2006 em licitações e contratos administrativos prescritos na Lei nº 14.133/2021.....	400
2.2.4	As fraudes recorrentes	402
2.3	Regularidade fiscal e trabalhista	408
2.4	Direito de preferência às microempresas e às empresas de pequeno porte em licitação pública.....	412
2.4.1	A aplicação do direito de preferência nas licitações julgadas pelo critério da técnica e preço e a não aplicação em relação às licitações julgadas pelo critério da melhor técnica ou conteúdo artístico.....	413
2.4.2	Procedimento para o exercício do direito de preferência	414
2.4.3	Procedimento para o direito de preferência nas licitações julgadas sob o critério da técnica e preço	415
2.5	Tratamento diferenciado e simplificado	416
2.5.1	Licitação destinada exclusivamente às microempresas e às empresas de pequeno porte e sua inconstitucionalidade	417
2.5.2	Licitação exclusiva deserta	419
2.5.3	Definição de licitação exclusiva em licitação para registro de preços com quantitativos previstos para órgão gerenciador, órgãos participantes e órgãos não participantes.....	420
2.5.4	Licitação com cota reservada e sua inconstitucionalidade	422
2.5.4.1	A cota reservada de até 25% deve ser limitada a R\$80.000,00.....	423
2.5.4.2	Cota reservada e registro de preços ou compras com entregas parceladas.....	426
2.5.4.3	Licitação exclusiva ou com cota reservada não autoriza sobrepreço.....	428
2.5.5	Subcontratação compulsória de microempresa e empresa de pequeno porte e sua inconstitucionalidade	430
2.5.6	Prioridade do tratamento diferenciado e simplificado para microempresas e empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente.....	432
2.5.7	Hipóteses excludentes do tratamento diferenciado e simplificado	436
2.5.7.1	Inexistência de três microempresas ou empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente capazes de cumprir as exigências do edital.....	436
2.5.7.2	Desvantagem do tratamento diferenciado e simplificado.....	438
2.5.8	Licitação dispensável ou inexigível.....	441
2.6	Cédula de crédito microempresarial.....	442
2.7	A apresentação de balanço patrimonial por parte das microempresas e empresas de pequeno porte como condição de habilitação	443
3	Licitações sustentáveis sob a perspectiva ambiental/ecológica	444
4	Margem de preferência para bens manufaturados e serviços nacionais.....	449
4.1	A regra de não discriminação entre Estados Partes do Protocolo de Contratações Públicas do Mercosul	452
4.2	Discrecionariiedade para a aplicação da margem de preferência	453
4.3	A definição da margem de preferência.....	454
4.4	Medidas de compensação.....	457
5	A preferência para bens e serviços de informática nacionais.....	458
5.1	Preferência e restrição de acesso às licitações e contratos administrativos em favor de bens e serviços de informática nacionais.....	458

5.2	Inconstitucionalidade da restrição de acesso à licitação apenas aos que cumprem o Processo Produtivo Básico	460
5.3	Entendimento do Tribunal de Contas da União sobre o Processo Produtivo Básico e sobre a inconstitucionalidade da restrição de acesso às licitações e contratos administrativos	462
5.4	O direito de preferência previsto no Decreto nº 7.174/2010.....	466
6	A concorrência entre preferências	467

CAPÍTULO 9

ETAPA PREPARATÓRIA.....	473	
1	O princípio do planejamento e a etapa preparatória das licitações e dos contratos administrativos	473
2	A inspiração burocrática disfuncional.....	474
3	Governança.....	476
3.1	Governança pública.....	477
3.2	Governança de acordo com a Lei nº 14.133/2021	479
3.3	Governança de acordo com a Portaria Seges/ME nº 8.678/2021	483
4	Plano de Contratações Anual.....	485
5	Documento de formalização de demanda	489
6	Estudo técnico preliminar	492
6.1	A obrigatoriedade do estudo técnico preliminar	493
6.2	Não obrigatoriedade de publicação do estudo técnico preliminar como anexo ao edital.....	495
7	Documentos técnicos que devem acompanhar o edital.....	498
7.1	Termo de referência	498
7.2	Projeto básico.....	501
7.2.1	Adequado tratamento do impacto ambiental	503
7.3	Projeto executivo.....	504
7.4	Anteprojeto	505
8	Condicionantes da Lei nº 14.133/2021 sobre o objeto das licitações e dos contratos administrativos	506
8.1	Descrição do objeto da licitação.....	506
8.2	Proibição de aquisição de artigos de luxo.....	509
8.3	Aderência às normas técnicas e certificações.....	510
8.4	Padronização	512
8.5	Exigência de marcas	515
8.6	Carta de solidariedade do fabricante.....	517
8.7	Previsão de quantitativos	519
8.8	O princípio do parcelamento do objeto, adjudicação por itens, lotes ou preço global	520
8.9	Contratação simultânea	525
9	Orçamento estimado e adequação orçamentária	526
9.1	A importância do orçamento estimado	526
9.2	Orçamento estimado e preço máximo	527
9.3	Momento de definir o orçamento estimado	528
9.4	Procedimento para realizar a pesquisa de preços.....	530
9.5	Critério para definir o orçamento estimado	535
9.6	Orçamento estimado em obras e serviços de engenharia.....	538
9.7	Orçamento estimado em contratação integrada e semi-integrada.....	540
9.8	Orçamento estimado em contratação de soluções de tecnologia da informação e comunicação (TIC).....	541
9.9	Orçamento estimado em contratação de prestação de serviços com regime de dedicação de mão de obra exclusiva.....	542
9.10	A competência discricionária para decretar o sigilo sobre o orçamento estimado	543
9.11	Adequação orçamentária.....	545
9.12	Cumprimento dos incisos I e II do caput do artigo 16 da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal)	546
10	Definição do regime de execução	547
10.1	Considerações gerais	547
10.2	Empreitada por preço unitário e global	547

10.3	Empreitada integral.....	550
10.4	Tarefa	551
10.5	Contratação integrada e contratação semi-integrada.....	552
10.5.1	Contratação integrada.....	554
10.5.1.1	Requisitos para a utilização da contratação integrada.....	556
10.5.2	Contratação semi-integrada	560
10.6	Fornecimento e prestação de serviço associado.....	562
11	Edital.....	564
11.1	Motivação circunstanciada das condições do edital.....	565
12	Análise de risco e matriz de risco.....	566
12.1	Análise de risco do metaprocesso de contratação pública	566
12.2	Análise de riscos dos processos específicos de contratação pública.....	568
12.3	Matriz de alocação de riscos	569
13	Procedimento de manifestação de interesse.....	574
14	Aprovação jurídica	576
15	Fase preparatória simplificada para o enfrentamento de calamidade pública ..	577

CAPÍTULO 10

COMPETÊNCIAS E RESPONSABILIDADES DOS AGENTES ADMINISTRATIVOS QUE ATUAM EM LICITAÇÃO PÚBLICA

		581
1	Administração Pública do medo	581
2	A importância da LINDB em relação à responsabilização de agentes públicos e a frustração de suas normas em razão da interpretação dos órgãos de controle.....	586
3	Agentes administrativos atuantes nas licitações públicas.....	594
3.1	Agentes administrativos atuantes nas licitações públicas de acordo com a Lei nº 8.666/1993 e a Lei nº 10.520/2002.....	594
3.2	Agentes administrativos atuantes nas licitações públicas de acordo com a Lei nº 14.133/2021	595
3.3	Autoridade competente	596
3.3.1	Quem é a autoridade competente?	596
3.3.2	As atribuições da autoridade competente.....	598
3.3.2.1	A designação dos agentes administrativos por parte da autoridade competente.....	599
3.3.3	Responsabilidade da autoridade competente	601
3.4	Agente de contratação, pregoeiro e comissão de contratação.....	608
3.4.1	Designação da comissão de licitação	610
3.4.2	A designação do agente de contratação e pregoeiro e a obrigatoriedade de serem servidores efetivos ou empregados públicos integrantes dos quadros permanentes da Administração Pública.....	611
3.4.3	Regras para a designação de comissão de contratação, agente de contratação e pregoeiro	616
3.4.4	As atribuições do agente de contratação, do pregoeiro e da comissão de contratação.....	616
3.4.5	A responsabilidade do agente de contratação, do pregoeiro e da comissão de contratação.....	621
3.5	Equipe de apoio	626
3.6	Assessoria jurídica	627
3.6.1	Atribuições da assessoria jurídica	627
3.6.2	Dispensa de análise jurídica.....	628
3.6.3	O conteúdo do parecer jurídico	630
3.6.4	O parecer jurídico não é vinculante	632
3.6.5	A responsabilidade do assessor jurídico pela emissão de parecer jurídico	634
3.6.5.1	A inviolabilidade constitucional dos advogados por seus atos e manifestações no exercício da profissão.....	634
3.6.5.2	O protagonismo do artigo 184 do Código de Processo Civil: advogados públicos somente podem ser responsabilizados em razão dos seus atos e manifestações no exercício da profissão em casos de dolo ou fraude	636
3.6.5.3	A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal.....	638
3.6.5.4	A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça e do Tribunal de Contas da União	641

3.6.6	A responsabilidade dos agentes administrativos que decidem com base em pareceres jurídicos	646
3.7	O dever da advocacia pública de promover a defesa de agentes administrativos que atuaram em estrita observância de orientação constante de parecer jurídico	651
3.7.1	Seguro de responsabilidade	653
4	Conflito de interesses	654

CAPÍTULO 11

MODALIDADES DE LICITAÇÃO PÚBLICA		659
1	Considerações gerais	659
1.1	Panorama histórico das modalidades de licitação até o advento da Lei nº 14.133/2021	659
1.2	Panorama geral das modalidades de licitação na Lei nº 14.133/2021	661
1.3	Modalidades especiais de licitação	662
2	O critério determinante para a utilização das modalidades pregão e concorrência: bens e serviços comuns e especiais	663
2.1	Considerações gerais	663
2.2	Bens e serviços comuns	664
2.3	Bens e serviços especiais	667
2.4	A preferência à modalidade pregão	668
2.4.1	Modalidade pregão obrigatória para bens e serviços comuns	670
2.5	As modalidades adequadas para obras e serviços de engenharia	671
2.5.1	Perspectiva histórica diante da Lei nº 10.520/2002	671
2.5.2	As modalidades adequadas para obras e serviços de engenharia de acordo com a Lei nº 14.133/2021	675
2.5.3	Serviços de engenharia consultiva	676
2.6	Serviços de natureza predominantemente intelectual	678
2.7	Contratações de tecnologia da informação e de comunicação	679
2.8	A modalidade pregão venceu	681
3	Concurso	682
4	Leilão	683
5	Diálogo competitivo	685
5.1	Considerações gerais	685
5.2	Outros instrumentos de diálogo em contratação pública	686
5.3	Cabimento da modalidade diálogo competitivo	687
5.4	Procedimento da modalidade diálogo competitivo	688
6	Modalidade especial de licitação da Lei Complementar nº 182/2021	691
6.1	Considerações gerais	691
6.2	Cabimento da modalidade especial de licitação da Lei Complementar nº 182/2021	692
6.3	Características da modalidade especial de licitação da Lei Complementar nº 182/2021	693
7	Modalidade especial para a contratação de serviços de publicidade	695
7.1	Características da modalidade especial de licitação para a contratação de serviços de publicidade	696

CAPÍTULO 12

PROCEDIMENTO DE LICITAÇÃO PÚBLICA DA LEI Nº 14.133/2021		703
1	A estrutura procedimental da Lei nº 14.133/2021	703
2	Licitação eletrônica e presencial	708
2.1	Considerações gerais	708
2.2	As vantagens da licitação eletrônica em relação à presencial	709
2.3	Desvantagens da licitação eletrônica em relação à presencial	711
2.4	Preferência à licitação eletrônica	713
3	Edital	718
3.1	Princípio da vinculação ao edital	718
3.2	Publicidade do edital	719
3.3	Prazo de publicidade dos avisos de editais	719
3.3.1	Os prazos mínimos definidos no Protocolo de Contratações Públicas do Mercosul	721

3.4	Regras para contagem dos prazos.....	722
3.5	Alterações no edital	723
3.6	Impugnação e pedidos de esclarecimento sobre o edital	723
3.7	Contestação judicial ou perante o Tribunal de Contas do edital por licitante ou interessado que não o impugnou a tempo	727
4	Saneamento de vícios	728
4.1	Formalidades.....	728
4.2	Saneamento de vícios: panorama histórico até o advento da Lei nº 14.133/2021	729
4.3	Saneamento de vícios na Lei nº 14.133/2021	735
4.4	A posição do Tribunal de Contas da União diante da Lei nº 14.133/2021.....	737
4.5	O dever-poder geral de diligência.....	740
4.6	A obrigatoriedade de observância aos princípios da publicidade e do contraditório na realização de diligência	743
5	Recursos	744
6	Encerramento da licitação	748
6.1	Autoridade superior	748
6.2	Adjudicação e homologação	749
6.3	A anulação é medida excepcional	750
6.4	A revogação é medida excepcional.....	753
6.5	Contraditório e ampla defesa como condição para o desfazimento da licitação.....	754
6.6	A anulação ou revogação promovida pela autoridade na fase de homologação implica dever de indenização.....	756

CAPÍTULO 13

AS RESTRIÇÕES AO DIREITO DE ACESSO ÀS LICITAÇÕES E CONTRATOS

ADMINISTRATIVOS.....	759	
1	Considerações gerais.....	759
2	Impedimento para participar de licitações e celebrar contratos administrativos	760
2.1	Considerações gerais.....	760
2.2	As hipóteses de impedimento são taxativas.....	760
2.3	Impedimento para os autores dos projetos ou documentos equivalentes.....	763
2.4	Impedimento para agentes públicos e para pessoas com vínculos especiais com agentes públicos	766
2.4.1	Considerações gerais.....	766
2.4.2	Vínculos especiais de parentesco	768
2.4.3	Vínculos especiais de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil	768
2.5	Impedimento em razão de aplicação de sanção administrativa e desconsideração da personalidade jurídica.....	769
2.6	Impedimento de participação de empresas controladoras, controladas ou coligadas.....	775
2.7	Impedimento de participação de pessoas condenadas judicialmente por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.....	776
2.8	Restrições do Protocolo de Contratações Públicas do Mercosul aos impedimentos para participar de licitações e celebrar contratos administrativos	776
3	Participação de empresas em consórcio	778
3.1	Discricionariedade para permitir a participação de empresas em consórcio....	778
3.2	Limitação da quantidade de integrantes do consórcio e do percentual de participação das empresas consorciadas.....	780
3.3	A constituição do consórcio e regras internas de funcionamento.....	781
3.3.1	Responsabilidade solidária	782
3.3.2	Liderança.....	785
3.4	Acréscimo para a habilitação econômico-financeira de consórcio	786
3.5	Substituição de consorciado.....	786
4	Participação de empresas estrangeiras	788
4.1	Licitação internacional	788

4.2	Igualdade de condições para licitantes nacionais e estrangeiros.....	789
4.3	Licitações financiadas com recursos de organismos internacionais	792
5	Participação de cooperativas.....	794
6	Participação de pré-qualificados	799

CAPÍTULO 14

JULGAMENTO DAS PROPOSTAS.....	803	
1	Princípio do julgamento objetivo	803
2	Modos de disputa: aberto, fechado e combinado	803
2.1	Procedimentos em relação aos modos de disputa.....	805
2.2	Etapa de lances.....	806
3	CrITÉRIOS de licitação.....	807
3.1	Considerações gerais.....	807
3.2	Menor preço.....	807
3.3	Maior desconto.....	808
3.4	Maior lance	809
3.5	Maior retorno econômico	811
3.5.1	A Instrução Normativa SEGES/ME nº 96/2022.....	814
3.6	Melhor técnica ou conteúdo artístico.....	816
3.7	Técnica e preço.....	818
3.8	CrITÉRIOS para o estabelecimento das notas técnicas.....	822
3.9	Ciclo de vida.....	828
4	Desempate	831
5	Verificação da conformidade das propostas.....	835
5.1	Considerações gerais.....	835
5.2	Momento para verificar a conformidade da proposta e em relação a quais licitantes	836
5.2.1	Rejeição de lance inexequível na etapa de lances	840
5.3	Apenas as propostas com vícios insanáveis podem ser desclassificadas.....	842
5.3.1	A oportunidade de saneamento antecede a desclassificação.....	843
5.4	Verificação da conformidade das propostas em relação ao objeto.....	843
5.4.1	Amostras ou provas de conceito.....	843
5.4.1.1	Amostras e prova de conceito em licitação eletrônica.....	846
5.4.2	Certificação de qualidade	847
5.4.3	Declaração de atendimento satisfatório emitida por outro órgão ou entidade de nível equivalente ou superior que tenha adquirido o produto	848
5.5	Verificação da conformidade das propostas em relação ao preço.....	849
5.5.1	Desclassificação de propostas de valores excessivos.....	849
5.5.2	Negociação.....	851
5.5.3	Desclassificação de propostas inexequíveis.....	854
5.5.4	A diligência para investigar a inexequibilidade de proposta	855
5.5.5	Proposta inexequível e a alegação do licitante de obtenção de benefício indireto	856
5.5.6	Desclassificação de proposta inexequível em licitação destinada a obra e serviço de engenharia.....	859
5.5.6.1	O percentual do §4º do artigo 59 da Lei nº 14.133/2021 aplicado às licitações com etapa de lances.....	861
5.5.6.2	Proposta inexequível em licitações que não tenham por objeto obra e serviço de engenharia	862
5.5.7	Desclassificação de proposta em razão da inexequibilidade ou da excessividade de preço unitário	865

CAPÍTULO 15

HABILITAÇÃO.....	871	
1	Conceito de habilitação.....	871
2	Princípio da competitividade.....	871
3	Procedimento para a habilitação na Lei nº 14.133/2021	874
3.1	A ordem procedimental entre julgamento das propostas e habilitação.....	874
3.2	Preclusão administrativa sobre a habilitação	875
3.3	Saneamento de vícios e diligências em habilitação	875
3.4	A exceção procedimental tocante à regularidade fiscal.....	876

4	Requisitos e medidas de pré-habilitação.....	877
4.1	Declaração de atendimento dos requisitos de habilitação.....	877
4.2	Garantia.....	878
4.3	Registro cadastral.....	879
5	Documentos de habilitação na Lei nº 14.133/2021	880
5.1	Dispensa de documentos de habilitação	880
5.2	Inexistência de discricionariedade para exigir outros documentos que não os previstos na Lei nº 14.133/2021	882
5.3	Forma de apresentação dos documentos de habilitação	883
6	Habilitação jurídica	884
7	Regularidade fiscal, social e trabalhista.....	886
7.1	Desvio de finalidade em relação às exigências de regularidade fiscal, social e trabalhista	886
7.2	Restrições do Protocolo de Contratações Públicas do Mercosul à regularidade fiscal, social e trabalhista.....	887
7.3	Regularidade e quitação	889
7.4	Documentos comprobatórios de regularidade fiscal, social e trabalhista.....	889
7.5	Reserva de cargos para pessoas com deficiência ou reabilitadas da Previdência Social.....	890
7.5.1	Contextualização.....	890
7.5.2	A inconstitucionalidade da exigência de reserva de cotas como condição de habilitação ou de acesso aos contratos administrativos.....	892
7.5.3	A Lei nº 14.133/2021 exige a reserva das cotas e não o preenchimento delas....	893
7.5.4	Argumentos subsidiários caso prevaleça o entendimento de que a Lei nº 14.133/2021 exige o cumprimento das cotas e não a reserva dos cargos	895
7.6	Sede ou domicílio do licitante.....	896
7.7	Pertinência das certidões de regularidade fiscal com o objeto da licitação.....	897
7.8	As certidões de regularidade e sua verificação por meio eletrônico.....	898
7.9	Certidão de regularidade fiscal para com a Fazenda Federal.....	899
7.10	A certidão negativa de débitos trabalhistas.....	899
7.11	Cumprimento do inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal.....	900
8	Qualificação técnica.....	901
8.1	Considerações gerais.....	901
8.2	Qualificação técnico-profissional e técnico-operacional.....	902
8.3	Comprovação de experiência por meio de atestados e outros documentos.....	902
8.3.1	Limitação legal da comprovação de experiência técnico-profissional a obra e serviço.....	904
8.3.2	Limitação legal da comprovação de experiência técnico-operacional a serviço	905
8.3.3	Comprovação da experiência em obra e serviço de engenharia.....	906
8.3.4	Desnecessidade de que o profissional a que faz referência o atestado de capacidade técnica profissional faça parte do quadro permanente do licitante	908
8.3.5	Substituição do profissional referido no atestado de capacitação técnica	909
8.3.6	Discricionariedade para definir o conteúdo do atestado de capacidade técnica a ser exigido no edital	910
8.3.7	Os atestados de capacitação técnica somente podem referir-se a parcelas relevantes e de valor significativo do objeto do contrato	912
8.3.8	Exigência de quantitativos mínimos.....	915
8.3.9	Exigência de atestados com limitações de tempo e de localidades.....	916
8.3.10	Somatório de quantitativos havidos em mais de um atestado	919
8.3.11	Atestados em nome de potencial subcontratada.....	920
8.3.12	Compartilhamento de experiência por empresas integrantes do mesmo grupo empresarial	922
8.3.13	Transferência de acervo técnico em razão de processos de reestruturação societária como fusão, cisão ou incorporação.....	923
8.3.14	A qualificação técnica do consórcio	924
8.3.15	A utilização pelas empresas consorciadas dos atestados emitidos em nome do consórcio.....	925
8.3.16	Experiência desabonadora	927
8.4	Disponibilidade de pessoal técnico, instalações e aparelhamento adequados..	929
8.4.1	Disponibilidade de pessoal técnico, instalações e aparelhamento adequados com localização prévia	931
8.5	Atendimento de exigências previstas em lei especial.....	932

8.6	Inscrição na entidade profissional competente	932
8.7	Declaração de conhecimento das informações e condições locais	935
9	Qualificação econômico-financeira	937
9.1	Considerações gerais	937
9.2	Balanço patrimonial.....	938
9.2.1	Formalidades para a apresentação do balanço patrimonial.....	938
9.3	Coeficientes e índices econômicos.....	940
9.4	Capital social e patrimônio líquido mínimo	943
9.5	Relação de compromissos.....	944
9.6	Certidão negativa de falência.....	946
9.6.1	A habilitação de empresas em recuperação judicial.....	946
9.6.2	Qualificação econômico-financeira do consórcio.....	947

CAPÍTULO 16

REGISTRO DE PREÇOS.....	949	
1	Noções gerais.....	949
2	A Administração não é obrigada a firmar os contratos decorrentes da ata de registro de preços.....	951
3	Legislação sobre registro de preços.....	953
3.1	Regulamentação do registro de preços.....	954
4	Cabimento do registro de preços.....	955
4.1	Discricionariedade para a adoção do registro de preços	955
4.2	Registro de preços para serviços, inclusive contínuos	957
4.3	Registro de preços para obras e serviços de engenharia.....	960
5	Licitação para promover registro de preços	965
5.1	Previsão de quantitativos	966
5.2	Desnecessidade de adequação orçamentária para lançar licitação de registro de preços	967
5.3	Intenção de registro de preços: registro de preços compartilhado por mais de um órgão ou entidade administrativa	970
5.3.1	Desnecessidade de aprovação pela assessoria jurídica do órgão participante..	972
5.3.2	Participação de órgãos de entes federativos diferentes	974
5.4	Contratação direta	975
5.5	Cadastro de reserva	978
6	Ata de registro de preços	980
6.1	Aprovação da ata de registro de preços pela assessoria jurídica.....	982
6.2	Prazo de vigência e prorrogação da ata de registro de preços.....	982
6.2.1	A renovação dos quantitativos no caso de prorrogação da ata de registro de preços.....	983
6.2.2	A antecipação da prorrogação da ata de registro de preços	985
6.3	Alteração incidente sobre o objeto da ata de registro de preços.....	986
6.4	O equilíbrio econômico-financeiro de ata de registro de preços	989
6.5	Reajuste e repactuação da ata de registro de preços	995
7	Cancelamento do registro do fornecedor e do registro de preços.....	997
8	Adesão à ata de registro de preços.....	998
8.1	Panorama histórico.....	998
8.2	Inconstitucionalidade da adesão à ata de registro de preços.....	1001
8.3	Limites para a adesão à ata de registro de preços.....	1003
8.4	Procedimento para a adesão à ata de registro de preços	1004
8.5	Adesão à ata de registro de preços de entidades de esferas federativas distintas	1011
8.6	A vedação à adesão à ata de registro de preços municipal	1012
8.7	Adesão à ata de registro de preços com o mesmo objeto de ata de registro de preços mantida pelo órgão ou pela entidade	1013
8.8	Adesão à mesma ata de registro de preços em mais de uma oportunidade pelo mesmo órgão.....	1014
8.9	Não é permitido aos órgãos gerenciador e participantes aderirem à ata de registro de preços.....	1014
8.10	Aditivos à ata de registro de preços aderida	1015
9	Remanejamento de quantitativos registrados em ata	1015
10	Contrato decorrente de ata de registro de preços	1017

10.1	Duração dos contratos de prestação de serviços contínuos decorrentes de ata de registro de preços	1018
11	Regime especial sobre registro de preços para o enfrentamento de impactos decorrentes de estado de calamidade pública.....	1018

CAPÍTULO 17

FORMAÇÃO DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS		1023
1	Conceito de contrato administrativo	1023
2	O fracasso dos contratos administrativos	1027
3	Contratos regidos por legislação própria.....	1031
4	Princípio da vinculação ao edital em relação aos contratos administrativos	1034
4.1	Contratação em condições diversas das previstas no edital	1035
4.2	Elementos que admitem contratação em condições diversas das obtidas na licitação.....	1036
4.3	Contradição involuntária entre o instrumento convocatório e o contrato.....	1037
5	Cláusulas contratuais necessárias no regime da Lei nº 14.133/2021.....	1038
5.1	Cláusula contratual de matriz de riscos	1041
6	O conteúdo dos contratos administrativos nas situações em que a legislação dispensa o termo de contrato.....	1042
7	Garantia contratual.....	1044
7.1	Espécies de garantia	1044
7.2	Da conveniência em exigir garantia contratual básica	1044
7.3	Das modalidades de garantia contratual básica.....	1046
7.4	Limite à garantia contratual básica	1047
7.4.1	O valor da garantia nas hipóteses em que o contratado é depositário de bens da Administração.....	1047
7.5	Momento para a apresentação da garantia.....	1048
7.6	Cobertura da garantia	1049
7.7	Desnecessidade de majoração da garantia em razão de alteração do valor do contrato.....	1051
7.8	Substituição da garantia	1051
7.9	Restituição da garantia contratual básica.....	1052
7.10	Garantia com cláusula de retomada	1053
7.11	Garantia adicional.....	1057
7.11.1	O valor da garantia adicional.....	1057
7.11.2	Inconstitucionalidade da garantia adicional.....	1058
8	Direitos autorais sobre projetos ou serviços técnicos especializados	1059
8.1	A transferência de direitos autorais deve ser prevista no instrumento de contrato e não se presume	1059
8.2	A faculdade de não previsão de transferência de direitos autorais nos casos de contratos que envolvam sistemas de informática e equivalentes.....	1060
8.3	Direitos autorais morais e patrimoniais e a previsão de que a Administração pode alterar obra autoral sem a concordância ou a participação do autor	1061
9	Meios alternativos de resolução de controvérsias	1064
10	A obrigação do contratado de implantar programa de integridade em contrato de grande vulto	1069
11	A formalização do contrato administrativo.....	1073
11.1	O vencedor da licitação não tem direito ao contrato	1073
11.2	A convocação para contratar e os efeitos da recusa do adjudicatário	1075
11.3	O registro no Cadin como impedimento à celebração de contratos e aditivos .	1078
11.4	A forma do contrato administrativo	1084
11.5	Contrato escrito e contrato verbal	1084
11.6	Instrumento de contrato e outros instrumentos congêneres.....	1086
12	Publicidade do contrato e de seus aditamentos no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).....	1088
12.1	Publicidade no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) como condição indispensável para a eficácia do contrato e aditamentos.....	1090
12.2	Efeito da não publicação do contrato e aditamentos.....	1091
13	Regime especial de contratação para o enfrentamento de impactos decorrentes de estado de calamidade pública.....	1092

CAPÍTULO 18

DURAÇÃO DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS	1095
1 Validade, vigência e eficácia dos contratos administrativos	1095
2 Prazo de vigência e prazo de execução	1096
3 Contrato por prazo certo e contrato por escopo.....	1096
4 A regra geral que vincula a duração dos contratos administrativos aos créditos orçamentários	1097
4.1 O prazo de duração referido no artigo 105 da Lei nº 14.133/2021 deve ser interpretado como prazo de execução.....	1100
5 Contratos cujas despesas são previstas no plano plurianual	1101
6 Serviços e fornecimentos contínuos, aluguel de equipamentos e programas de informática	1101
6.1 Abrangência da exceção.....	1101
6.2 Requisitos para que os contratos de serviços e fornecimentos contínuos, aluguel de equipamentos e utilização de programas de informática sejam firmados com previsão de duração inicial superior ao crédito orçamentário ...	1102
6.3 Extinção antecipada sem ônus para a Administração.....	1104
6.4 Prorrogação de serviços e fornecimentos contínuos	1107
6.4.1 Condições para a prorrogação: previsão no edital e manutenção de condições e preços vantajosos para a Administração.....	1108
6.4.2 A prorrogação é ato discricionário e bilateral	1111
6.4.3 Os requisitos procedimentais para a prorrogação dos contratos de serviços e fornecimentos contínuos.....	1112
6.4.4 Prorrogação com efeito de renovação contratual.....	1113
6.4.5 Prorrogação e limites às alterações quantitativas	1113
6.4.6 A prorrogação do artigo 107 da Lei nº 14.133/2021 não se aplica para os contratos de aluguel de equipamento e utilização de programas de informática.....	1114
6.5 Limites de prazos contratuais específicos	1115
6.6 Prazo de vigência.....	1116
6.6.1 Prazo de vigência deve ser determinado	1116
6.6.2 A prorrogação automática da vigência dos contratos de escopo	1118
6.6.3 Prorrogação de contratos em razão do descumprimento do prazo de execução, com ou sem culpa do contratado	1120
6.6.4 Assinatura de termo aditivo de prorrogação após o término do prazo de vigência	1122
7 Duração dos contratos regidos predominantemente pelo direito privado.....	1125

CAPÍTULO 19

EXECUÇÃO CONTRATUAL.....	1127
1 Importância da fase de execução do contrato.....	1127
2 O dever da Administração de acompanhar e fiscalizar a execução dos seus contratos.....	1128
3 O gestor e o fiscal do contrato administrativo.....	1129
4 Atuação e responsabilidade do fiscal.....	1131
5 A proibição de recusa à designação para atuar na fiscalização e na gestão de contrato.....	1134
6 Desvio de função em relação à fiscalização dos contratos administrativos.....	1137
7 Contratação de terceiro para auxiliar o fiscal do contrato.....	1138
8 O preposto do contratado.....	1140
9 Subcontratação	1141
9.1 Noções gerais.....	1141
9.2 Distinção entre subcontratação e cessão.....	1141
9.3 Condições gerais para a subcontratação	1142
9.4 Impedimento para subcontratação	1144
9.5 A subcontratação não deve abranger as parcelas de maior relevância e de valor significativo do contrato	1145
9.6 Pagamento direto à subcontratada.....	1148
10 Recebimento	1149
10.1 Procedimento para o recebimento provisório e definitivo	1151
11 Pagamento	1153

11.1	Pagamento de parte incontroversa.....	1155
11.2	Pagamento antecipado.....	1156
12	A situação de irregularidade fiscal ou previdenciária não autoriza a retenção do pagamento devido pelos serviços executados.....	1159
13	Conta vinculada e pagamento pelo fato gerador.....	1163
14	Remuneração variável.....	1164
15	Os pagamentos devem ser realizados de acordo com a ordem cronológica de exigibilidade das faturas.....	1166
15.1	As disposições da Instrução Normativa SEGES nº 77/2022 sobre a ordem cronológica para os pagamentos.....	1169
16	O direito subjetivo dos contratos de exigir que os pagamentos sejam realizados de acordo com a ordem cronológica.....	1170

CAPÍTULO 20

ALTERAÇÃO INCIDENTE SOBRE O OBJETO DO CONTRATO

ADMINISTRATIVO.....	1175	
1	Alteração contratual unilateral como expressão da supremacia do interesse público.....	1175
2	Alteração contratual é exceção.....	1175
3	Alterações contratuais provocadas por fatos novos e imprevisíveis e para corrigir defeitos do projeto básico ou documento equivalente.....	1176
4	Alteração contratual não pode transfigurar o objeto do contrato.....	1178
5	Alterações quantitativas e qualitativas.....	1180
6	Limites às alterações unilaterais quantitativas.....	1184
7	Limites às alterações consensuais quantitativas e às alterações qualitativas.....	1185
7.1	Crítica à Decisão nº 215/1999, do Plenário do Tribunal de Contas da União	1188
8	Proibição de compensação entre acréscimos e supressões.....	1192
9	Alterações contratuais provocadas por equivocado dimensionamento de quantitativos em regime de empreitada por preço global.....	1196
10	Alterações contratuais provocadas por equivocado dimensionamento de quantitativos em regime de empreitada por preço unitário.....	1202
11	Alterações contratuais em contratação integrada e semi-integrada.....	1205
12	Relação geral entre os valores da proposta e o do orçamento-base para aditivos que importam ingresso de novos itens.....	1208
13	Diferença percentual entre o valor global do contrato e o preço global de referência.....	1209
14	Limites às alterações contratuais em contratos cujos quantitativos e valores são meramente estimados.....	1211
15	Os limites às alterações devem ser calculados de acordo com o parâmetro de julgamento.....	1213
16	Alteração contratual e direito ao equilíbrio econômico-financeiro do contrato	1214
17	Indenização em caso de supressão do objeto.....	1214
18	Formalização da alteração contratual e necessidade de motivação.....	1216
19	Antecipação dos efeitos da alteração contratual.....	1217
19.1	Considerações gerais.....	1217
19.2	Formalização da antecipação dos efeitos da alteração contratual.....	1222
19.3	A antecipação dos efeitos da alteração contratual e os direitos patrimoniais do contratado.....	1223

CAPÍTULO 21

EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO

1	Direito constitucional ao equilíbrio econômico-financeiro dos contratos administrativos.....	1227
1.1	Limitações decorrentes do inciso XXI do artigo 37 da Constituição Federal sobre a competência do Poder Legislativo e da Administração Pública para dispor sobre o direito ao equilíbrio econômico-financeiro dos contratos administrativos.....	1228
1.1.1	Implicação constitucional: o direito ao equilíbrio econômico-financeiro vale para todos os contratos da Administração Pública.....	1228
1.1.2	Implicação constitucional: o direito ao equilíbrio econômico-financeiro do contrato é de todas as partes contratantes.....	1229

1.1.3	Implicação constitucional: o direito ao equilíbrio econômico-financeiro como reserva de proteção ao contratado em face da superioridade da Administração.....	1230
1.1.4	Implicação constitucional: o direito ao equilíbrio econômico-financeiro não depende da inviabilização do contrato ou do contratado passar a incorrer em prejuízo.....	1230
1.1.5	Implicação constitucional: o direito ao equilíbrio econômico-financeiro é referente ao momento da apresentação da proposta.....	1231
1.1.6	Implicação constitucional: não deve haver hiatos de desequilíbrio econômico-financeiro	1231
2	A conformação do equilíbrio econômico-financeiro por meio da Lei nº 14.133/2021	1231
2.1	A abrangência da sistemática da Lei nº 14.133/2021 sobre equilíbrio econômico-financeiro dos contratos administrativos.....	1231
2.2	O reconhecimento legal do direito ao equilíbrio econômico-financeiro como reserva de proteção ao contratado em face da superioridade da Administração.....	1232
2.3	Instrumentos da Lei nº 14.133/2021 para a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro	1233
3	A conformação do equilíbrio econômico-financeiro por parte da Administração por meio da matriz de riscos	1234
4	Reajuste	1237
4.1	Conceito de reajuste	1237
4.2	A Administração deve dispor de critério de reajuste no edital e no contrato ...	1237
4.3	Ausência de previsão de reajuste no edital e no contrato.....	1238
4.4	Prazo para o reajuste deve ser contado da data do orçamento estimado	1241
4.5	A anualidade do reajuste.....	1243
4.6	Reajuste deve ser concedido de ofício	1247
4.7	Pagamento do reajuste retroativo caso a Administração o reconheça posteriormente	1248
4.8	Reajuste anterior à assinatura do contrato.....	1249
4.9	Forma de reajustamento	1250
5	Repactuação.....	1251
5.1	Conceito de repactuação.....	1251
5.2	Demonstração analítica de aumento dos custos	1253
5.3	Fragmentação da repactuação em relação aos custos de mercado e aos custos de mão de obra.....	1255
5.4	Fragmentação da repactuação em contratos que envolvem mais de uma categoria profissional	1255
5.5	Procedimento para a repactuação	1256
5.6	Efeitos retroativos da repactuação	1257
6	Revisão	1257
6.1	Conceito de revisão	1257
6.2	Revisão não depende de autorização em edital ou em contrato	1258
6.3	Não há periodicidade mínima para a revisão	1258
6.4	Pressupostos para a revisão do contrato	1258
6.4.1	Considerações gerais.....	1258
6.4.2	Majoração dos encargos do contratado em decorrência de ato ou fato da Administração contratante.....	1259
6.4.3	Teoria da imprevisão.....	1260
6.4.3.1	A teoria da imprevisão da Lei nº 14.133/2021 é substancialmente diferente da teoria da previsão do Código Civil.....	1261
6.4.3.2	Fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, caso fortuito, força maior e fato do príncipe	1262
6.4.4	O desequilíbrio econômico-financeiro pressupõe evento que causa impacto na equação econômico-financeira	1264
6.5	A revisão contratual não deve ser concedida de ofício.....	1267
6.6	Efeitos do reconhecimento do direito à revisão	1268
6.7	Revisão anterior à assinatura do contrato.....	1269
6.8	Procedimento para a revisão.....	1270
6.9	A apuração do novo preço do contrato decorrente da revisão.....	1271

7	O fim da vigência contratual ou a celebração do termo aditivo de prorrogação importam na preclusão do direito ao equilíbrio econômico-financeiro	1271
8	Preclusão lógica, boa-fé contratual e <i>venire contra factum proprium</i> em relação aos aditivos contratuais	1277

CAPÍTULO 22

EXTINÇÃO DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS		1281
1	Extinção normal e anormal dos contratos administrativos	1281
2	Nulidade	1281
2.1	A nulidade não exonera a Administração da obrigação de indenizar o contratado	1284
2.2	Demais hipóteses de extinção anormal do contrato administrativo prescritas na Lei nº 14.133/2021	1288
3	Hipóteses de extinção administrativa	1288
3.1	Descumprimento ou cumprimento irregular de cláusulas contratuais	1288
3.2	Desatendimento das determinações regulares do fiscal ou do gestor do contrato	1289
3.3	Alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa contratada	1289
3.4	Decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do contratado	1290
3.5	Caso fortuito e força maior	1291
3.6	Atraso na licença ambiental e liberação de área ou alteração substancial de projeto dela resultante	1291
3.7	Interesse público	1293
3.8	Descumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz	1294
4	Processo administrativo para a extinção no interesse da Administração	1294
5	Efeitos da extinção administrativa	1297
6	Hipóteses de extinção judicial	1300
6.1	Supressão unilateral acima do limite legal	1300
6.2	Suspensão da execução do contrato	1301
6.3	Exceção do contrato não cumprido	1303
6.4	Não liberação pela Administração de condições a cargo dela para a execução do contrato	1306
7	Efeitos da extinção judicial ou por arbitragem	1306
8	Os efeitos da extinção de contrato fundada em interesse público	1308
9	Extinção consensual	1309
10	Extinção anormal do contrato administrativo por meio de condição resolutiva, inclusive com previsão em matriz de riscos	1312

CAPÍTULO 23

SANÇÕES ADMINISTRATIVAS EM LICITAÇÃO PÚBLICA E CONTRATO ADMINISTRATIVO		1315
1	Considerações gerais	1315
2	Advertência	1316
3	Multa	1318
3.1	Noções gerais	1318
3.2	Multa moratória e compensatória	1319
3.3	Limites e parâmetros para a fixação das multas	1321
3.4	Aplicação da multa	1322
3.5	Parcelamento dos valores devidos a título de multa	1323
4	Impedimento de licitar e contratar	1324
5	Declaração de inidoneidade	1325
5.1	A alternativa entre o impedimento de licitar e o impedimento de contratar ...	1325
5.2	Declaração de inidoneidade é sanção de dimensão nacional	1326
6	Tipicidade	1328
6.1	A correlação apriorística dos tipos abertos com as sanções	1330
7	Proporcionalidade e dosimetria	1332

8	Processo administrativo.....	1340
9	Reabilitação.....	1345
10	Desconsideração da personalidade jurídica	1347
11	Efeitos das penalidades sobre contratos firmados anteriormente.....	1349
REFERÊNCIAS.....		1353